

ARQUEOLOGIA E NACIONALISMO ESPANHOL

A PRÁTICA ARQUEOLÓGICA DURANTE O FRANQUISMO (1939-1955)

A U T O R

Rafael Rufino

Mestrando em História Cultural pelo IFCH/UNICAMP, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Funari e Pesquisador do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte – NEPAM/UNICAMP. Bolsista CNPq

Contato: rafaelnakayama@hotmail.com

R E S U M O

O objetivo do artigo é discutir a relação entre Arqueologia e Nacionalismo, centrando-se no caso espanhol durante o regime do General Francisco Franco. Inicia-se com uma exposição, em linhas gerais, das primeiras atividades de preservação dos vestígios arqueológicos levadas a cabo na Espanha, no final do século XIX. Posteriormente, analisa-se o que seria a institucionalização de uma “Arqueologia franquista”, a partir da criação da *Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas* – organismo que centralizou toda a atividade arqueológica, entre 1939 e 1955. Por fim, a discussão tem como foco a Arqueologia durante o franquismo como uma Arqueologia a serviço do regime.

Palavras-chave: Arqueologia; Nacionalismo; Espanha franquista.

I N T R O D U Ç Ã O

Nos últimos tempos, o campo da Arqueologia tem recebido o aporte de uma discussão epistemológica que visa demarcar o aspecto discursivo da disciplina. Influenciada por uma crítica dita pós-moderna, a atenção foi direcionada para a influência do ambiente social, cultural e político do pesquisador na produção do conhecimento arqueológico (LUMBRERAS, 1974 e UCKO, 1987). Isso quer dizer que suas interpretações devem ser entendidas a partir das motivações que o levaram a olhar para o objeto a partir de uma determinada teoria e de procedimentos metodológicos específicos.

No marco específico da história da disciplina arqueológica é importante observar as considerações críticas de Margarita Díaz-Andreu a respeito dos que “adotam uma ótica internalista, isto é, que fundamentalmente discutem qual autor disse, o que disse, em que época, e os que suas idéias contribuíram para o progresso da ciência” (2001: 3 – grifo no original). Ao contrário, é necessária uma visão externalista, voltada para a desconstrução dos discursos arqueológicos (PATTERSON, 2001 e FUNARI, 2003a). Isso implica tornar visíveis as “categorias discursivas utilizadas, que raramente constituem o tema de análise. Antes, são aceitas como dadas e constituem uma estrutura *a priori* para descrição, classificação e interpretação” (JONES, 2005: 30). Bruce Trigger expressou sua opinião acerca do assunto:

Acredito, como muitos outros que estudam a História da Arqueologia, que o enfoque histórico oferece uma posição especialmente vantajosa a partir da qual é possível examinar as relações de mudança entre a interpretação arqueológica e seu meio social e cultural. A perspectiva temporal, melhor que a filosófica ou a sociológica, proporciona uma base diferente para o estudo dos vínculos entre a Arqueologia e a sociedade. Concretamente, permite ao investigador identificar fatores subjetivos

mediante a observação de como e sob quais circunstâncias tem variado as interpretações do registro arqueológico (1992: 15).

Essa postura em relação ao conhecimento arqueológico está inserida em uma crítica ao modelo positivista na Arqueologia, representado, em grande medida, pela corrente teórica da Arqueologia Processual: “os positivistas defendem que, sempre que os dados disponíveis sejam os adequados e analisados segundo os métodos científicos convenientes, a validade das conclusões resultantes é independente das crenças do investigador” (TRIGGER, 1992: 23). Por outro lado, alguns arqueólogos afirmam que as perguntas formuladas e as respostas consideradas aceitáveis são dinâmicas e mutáveis, dependendo das condições sociais e culturais do pesquisador. Esse tipo de posicionamento alimentou a constituição de uma Arqueologia denominada Contextual ou Pós-Processual, que leva em conta o contexto na produção do conhecimento. Nesse sentido, Ian Hodder afirma que

A Arqueologia Processual não se caracterizava precisamente por uma análise minuciosa dos contextos sociais dos arqueólogos, visto que o mais importante era a contrastação, independente das teorias, a partir dos dados etnográficos e arqueológicos. No entanto, não faz muito tempo que os arqueólogos começaram a mostrar um maior interesse pela subjetividade dos passados que reconstruímos em relação às estratégias de poder contemporâneas (1994: 175).

O presente artigo está inserido nessa perspectiva teórica. Do ponto de vista temático, busca perceber os usos da Arqueologia durante o regime franquista na Espanha (1939-1975) e compreender a relação entre a Arqueologia e a ideologia política do nacionalismo espanhol desenvolvida nesse período. O interesse é direcionado para a análise de como os estudos de Arqueologia, produzidos durante o regime, estavam de alguma forma conectados com as principais bandeiras defendidas pelo poder político, tais como a criação de uma identidade nacional, de uma unidade nacional, de uma origem comum a todos os espanhóis, entre outras, pois, como observa Pedro Paulo Funari, “a criação e a valorização de uma identidade nacional ou cultural relacionam-se, muitas vezes, com a Arqueologia”; visto que “a Arqueologia é sempre política, responde a necessidades político-ideológicas dos grupos em conflito nas sociedades contemporâneas” (2003: 100-101). Com efeito, o que está colocado é a relação entre o nacionalismo, um governo ditatorial e o papel da Arqueologia como portadora de uma legitimidade.

O Nacionalismo é uma forma particular de ideologia que pode ser usada por uma nação para construir e fortalecer a unidade. Uma vez que a ideologia do nacionalismo é geralmente construída com base no entendimento das pessoas acerca de seu passado, a história e a arqueologia podem fornecer uma contribuição essencial para a sua criação. [...] A ditadura é um tipo político, um entre muitos, que pode optar por utilizar o nacionalismo. Os ditadores costumam usar o nacionalismo para reforçar o apoio para os seus anseios e, com isso, podem cultivar um interesse pela Arqueologia (GALATY; WATKINSON, 2004: 3).

É o interesse pela Arqueologia, demonstrado pelos autores franquistas, que o presente trabalho se propõe a questionar. Inicia-se com uma exposição, em linhas gerais, das primeiras atividades de preservação dos vestígios arqueológicos feitas na Espanha, no final do século XIX. Posteriormente, analisa-se o que seria a institucionalização da “Arqueologia franquista”, a partir da criação de um organismo que centralizou toda a atividade arqueológica, entre 1939 e 1955, a *Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas*. Por fim, discute a Arqueologia durante o franquismo como uma Arqueologia a serviço do regime.

ANTECEDENTES

A preocupação com a preservação de vestígios arqueológicos teve início na Espanha em meados do século XIX. Nesse período é possível vislumbrar os primórdios de uma Arqueologia espanhola, bem como a tentativa de construir um campo de estudo específico responsável pela proteção do patrimônio arqueológico espanhol. Segundo Margarita Díaz-Andreu, “objetos antigos não eram considerados como parte da herança nacional até a década de 1830” (1995: 42-43). No entanto, em um momento posterior, os museus provinciais, que exibiam restos arqueológicos, começaram a aparecer no final da década de 1830; os nacionais, por sua vez, reservados a objetos artísticos, foram abertos na década de 1840. Como esses museus necessitavam de curadores, foi criada, em 1856, a *Escuela Superior de Diplomática*, que ficava responsável pelo ensino de Arqueologia e o lugar onde os curadores eram treinados¹. O último passo na criação de museus de Arqueologia foi a abertura do *Museo Nacional de Arqueología*, em 1867, localizado em Madri.

No início do século XX, os esforços são voltados para a organização de uma base institucional para a Arqueologia espanhola e a construção de uma legislação que incorporasse em seus artigos e decretos uma base normativa para as escavações arqueológicas. É nesse contexto que surge, em 1900, o *Ministerio de Instrucción Pública e Bellas Artes*. Um pouco mais tarde, em 1907, é criada a *Junta de Ampliación de Estudios (JAE)*, que teve um papel de liderança na Arqueologia espanhola, congregando outras instituições arqueológicas que dela dependiam, como o *Centro de Estudios Históricos*, que desde a década de 20 possuía uma seção de Arqueologia, e a *Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas*. A importância que a Arqueologia tinha adquirido refletia-se também na legislação, como o *Ato de Excavaciones*, de 1911, que criava a *Junta Superior de Excavaciones e Antigüedades*.

Com a proclamação da República, em 1931, a defesa do patrimônio cultural, incluindo o arqueológico, ficou a cargo da *Junta Superior de Tesoro Artístico*, criado, em maio de 1933, pela *Lei de Defensa do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*. No mesmo ano é promulgado o *Ato de Excavaciones*, em uma tentativa de regulamentar as escavações arqueológicas ocorridas no território espanhol.

Com o início da Guerra Civil (1936-1939), as atividades arqueológicas foram momentaneamente paralisadas. Como desde o dia 1 de outubro de 1936 o General Francisco Franco era considerado o chefe de Governo do Estado Espanhol e *Generalissimo* dos Exércitos de terra, mar e ar (chefe das Forças Armadas)², foi criado, durante os momentos finais da contenda, o *Servicio de Defensa do Patrimonio Artístico Nacional (SDPAN)*, em 22 de abril

¹Sobre a *Escuela Superior de Diplomática* ver: (PEIRO; PASAMAR, 1996); (MAIER ALLENDE, 2008).

²No dia 1 de outubro de 1936, dois meses após iniciada a Guerra Civil que derrubaria a República espanhola, foi constituído em Burgos, cidade localizada na Comunidade Autónoma de Castilla y León, o governo dos rebeldes sob a liderança do General Francisco Franco, que receberia o título de Jefe del Estado e Generalíssimo (chefe supremo das forças armadas). A partir desse momento, a Espanha estava literalmente dividida em duas, pois Madri continuava sendo a capital do governo legítimo da República. Os únicos países que reconheceram a legitimidade do governo rebelde foram a Itália fascista e a Alemanha nacional-socialista.

de 1938, dependente da *Jefatura Nacional de Bellas Artes* e caracterizado por “uma administração fortemente centralizada e hierarquizada” (DÍAZ-ANDREU; RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2001: 326), renunciando a forma de gestão do patrimônio cultural espanhol um ano mais tarde. O *SDPAN* seria rebatizado, em 12 de agosto de 1938, com o nome de *Servicio de Defensa e Recuperación do Patrimonio Histórico Nacional* (SDRPHN).

No final de 1938, houve uma tentativa de reorganização da Arqueologia espanhola levada a cabo pelo arqueólogo Julio Martínez Santa Olalla, catedrático de Arqueologia na Universidade de Santiago de Compostela (Galícia). Filho de um general amigo de Franco, ele planejou a reorganização da Arqueologia espanhola a partir da criação de um novo organismo que controlasse toda a investigação do dito campo: o *Instituto Arqueológico Nacional y Imperial*. Como observa Francisco Gracia Alonso, Martínez Santa Olalla.

Amparado no Decreto de 22 de abril de 1938, pelo qual se criava o *SDPAN* (*Servicio de Defensa del Patrimonio Histórico Nacional*), que não mencionava explicitamente a Arqueologia, pretendeu aglutinar no novo organismo toda a atividade arqueológica de investigação, conservação e difusão, em qualquer de seus âmbitos presentes e futuros de atuação, argumentando a necessidade científica de conferir grau de reconhecimento científico à Arqueologia (GRACIA ALONSO, 2009: 213).

Após muitos conflitos políticos, a criação do novo instituto não logrou êxito. Martínez Santa Olalla teria que esperar o próximo ano para conseguir implantar seu plano, após muita negociação com a comunidade arqueológica espanhola.

A COMISARÍA DE EXCAVACIONES ARQUEOLÓGICAS (1939-1955) **ASPECTOS POLÍTICOS**

Pouco antes do término da Guerra civil, foi criada pelo *Ministerio de Educación Nacional*, em 9 de março de 1939, a *Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas*, em substituição da antiga *Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades*. Passava nesse momento a ser dependente da *Jefatura de Archivos, Bibliotecas y Museos*. A criação foi por meio de uma Ordem Ministerial assinada pelo Ministro da Educação Pedro Sainz Rodríguez:

La necesidad de atender a la vigilancia de las excavaciones arqueológicas que desde su iniciación en 1905 han permitido reconstruir sobre base firme el pasado remoto de España y acrescentado nuestro patrimonio arqueológico con maravillosas o heroicas ruinas como las de Mérida, Italica, Numancia, Azaila, etc., y la conveniencia de lograr el máximo provecho científico de los frecuentes hallazgos de restos antiguos que en obras de trincheras, caminos y fortificaciones se han producido con motivo de la guerra actual, hechos que aconsejan la creación de una Comisaría General de Excavaciones a cuyo cargo quede el cuidado administrativo, la vigilancia técnica y la elaboración científica de tales problemas. (citado por GRACIA ALONSO, 2009: 225).

A principal função do organismo recém criado era “propor os planos gerais de escavações que seriam realizados a cada ano e supervisionar a execução dos mesmos” (DÍAZ-ANDREU; RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2001: 328). No que diz respeito à organização, houve uma nova orientação que propiciou a concentração do poder nas mãos de um número reduzido de pessoas fiéis ao regime franquista, como é o caso de Julio Martínez Santa Olalla, nomeado *Comisario General*; Joaquin María de Navascués y de Juan, Martín Almagro Basch e Isidro Ballester, consultores. Integravam também outros importantes arqueólogos simpatizantes do regime, como Blas Taracena Aguirre e Antonio García y Bellido.

A partir de abril de 1941, foi autorizada a nomeação de *Comisarios Provinciales Locais e Provinciais de Excavaciones Arqueológicas*. Esses eram subordinados ao *Comisario General*, o que denota uma organização muito bem centralizada e hierarquizada, que colocava nas mãos de pessoas mais próximas do poder político a responsabilidade em matéria de proteção do patrimônio arqueológico. Todos esses funcionários eram escolhidos após um rigoroso processo seletivo que, por sua vez, não estava preocupado, em primeiro lugar, com os méritos intelectuais do candidato ou sua produção acadêmica. Os critérios eram essencialmente políticos, pois o ativismo de algum indivíduo no passado, ou simplesmente a suspeita de ter participado na Guerra civil do lado republicano, poderia significar a impossibilidade de exercer o cargo de *Comisario Provincial* ou *Local de Excavaciones Arqueológicas* (idem: 331). Aos postulantes a um cargo de *Comisario* eram requisitadas informações pela *Comisaría General* – os chamados informes confidenciais – que diagnosticaria se o indivíduo estava “apto” ou não para desempenhar a função. Dependendo do posicionamento político do candidato era aceito ou rechaçado a sua escolha. Em muitos casos, os documentos oficiais emitidos pelos órgãos responsáveis quando recusavam um candidato continham a expressão *persona non grata* devido a sua atuação política anterior não condizente com o governo franquista.

Sendo assim, quais eram os atributos desejáveis para o desempenho da função de *Comisario Provincial, Local ou Insular*? “Todas aquelas pessoas devidamente capacitadas, segundo expressava a Ordem de 30 de abril de 1941, pertencentes à Falange ou que possuam uma irrepreensível e inequívoca trajetória política de direita e sejam católicos fervorosos” (ibidem: 333). Aqueles que correspondiam aos critérios escolhidos para desempenhar o cargo de *Comisario*, ao invés de representarem *persona non grata*, recebiam a insígnia de “afeito ao Regime”; “pessoa de ideologia política de direita e filiado a FET y de las JONS”; “completamente inclinado a causa nacional”; “aderiu ao glorioso movimento nacional”; “goza de irrepreensível conduta moral, pública e religiosa, assim como político-social”. Um exemplo desse tipo de seleção é o caso do Tenente Coronel de Artilharia, José María Villegas Silva, candidato a um cargo na *Comisaría Local de Excavaciones Arqueológicas de Palencia*, que foi recusado por ter sido considerado ateu, a despeito de sua boa conduta moral e afeição pelo Regime Nacional. Dessa forma, fica evidente que os méritos mais importantes que deviam possuir os candidatos a desempenhar as funções de *Comisario* reduziam-se a um informe confidencial, onde os dados adquiridos se limitavam aos antecedentes políticos, sua atividade pública ou seus dotes morais. Raras vezes esses informes contribuíam com informações sobre a

atividade de trabalho destes candidatos ou seu nível de instrução.

Durante a década de 40, as escavações arqueológicas no território espanhol foram intensas e seguiram sempre o plano anual de escavações, elaborado pela *Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas*, que, como foi colocado, centralizava todo o trabalho arqueológico entre as suas atribuições. Para a divulgação das pesquisas foi organizado, em janeiro de 1950, o *Congreso de Comisarios de Excavaciones Arqueológicas de España*, um momento ímpar para que o *Comisario General* mostrasse às autoridades do regime os resultados dos trabalhos realizados pela *Comisaría* desde a sua criação. Uma das propostas apresentadas no Congresso, que demonstra o vínculo entre a Arqueologia e a construção de uma identidade (no caso, cristã), consistiu em solicitar ao Caudillo, Francisco Franco, que estimulasse a realização de um *Año Santo de los Comisarios de Excavaciones Arqueológicas*, que teria como objetivo uma exploração sistemática dos primeiros monumentos cristãos da Espanha.

Em meados dos anos 50, inicia-se um processo de transformações internas na Espanha franquista. “Uma das mais significativas foi a mudança no equilíbrio de poder entre os diferentes grupos que sustentavam o governo de Franco, que resultou na substituição da *Falange* pela *Opus Dei*” (DÍAZ-ANDREU; RAMÍREZ SÁNCHEZ, 2006:121). Com isso, Martínez Santa Olalla e alguns *Comisarios*, que eram falangistas, começaram a perceber uma diminuição de sua importância na vida científica e acadêmica na Espanha, deixando-os em uma posição de fraqueza política dentro do regime. Os tempos haviam mudado e o sistema centralizado que Martínez Santa Olalla havia organizado a partir da *Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas* estava fadado a desaparecer ou, ao menos, sofrer importantes transformações. Foi assim que, por meio de um Decreto de 2 de dezembro de 1955, foi extinta a *Comisaría* e, em seu lugar, foi criado o *Servicio Nacional de Excavaciones Arqueológicas* (SNEA). Em síntese, esse decreto implicou uma mudança do antigo regime centralista e hierárquico imposto pelo regime franquista ao final da Guerra civil, que havia colocado sob o poder do *Comisario General de Excavaciones Arqueológicas* o controle absoluto sobre a investigação arqueológica na Espanha.

A partir do exposto, é possível perceber, por parte da nova administração governamental, a tentativa de exercer um controle total das escavações arqueológicas, construindo para isso um aparato administrativo e legislativo para tal empreendimento. Nesse sentido, podemos nos questionar acerca do motivo que levou à Arqueologia a se tornar parte integrante das preocupações do governo franquista. Qual era a utilidade da Arqueologia? Por que um controle governamental tão rígido das escavações? O que se pretendia com seus estudos? Por que sítios arqueológicos como o de Numância, Ampurias, Itálica, Sagunto, Mérida, Tarragona, entre outros, mereceram tanta atenção da parte dos órgãos governamentais? É possível falar de uma “Arqueologia oficial franquista”?

UMA ARQUEOLOGIA A SERVIÇO DO REGIME

Nas últimas décadas, alguns estudos sobre Arqueologia têm procurado analisar a relação entre esta e o nacionalismo, chegando mesmo a afirmar

que a Arqueologia teria se constituído como um campo de pesquisa a partir do processo de formação dos Estados-nacionais europeus (DÍAZ-ANDREU; CHAMPION, 1996 e KOHL; FAWCETT, 1995). Com isso, entende-se que é no contexto do nacionalismo como teoria política – fim do século XVIII - que a Arqueologia deixa de ser uma atividade secundária para se converter em um trabalho profissional. Antes de qualquer coisa, convém uma análise mais detalhada do conceito de nacionalismo. Segundo Margarita Díaz-Andreu, há dois tipos de nacionalismo, o primeiro foi

O nacionalismo cívico ou político, surgido na Revolução francesa, (1789) que finalmente deu ao termo 'nação' um significado político, associando ao conceito de soberania nacional. Uma nação era concebida, nas palavras de Sieyes, como 'a união de indivíduos governados por uma lei e representados pela mesma Assembléia Legislativa (1995: 40).

Percebe-se que as características do nacionalismo exposto acima não estavam baseadas em identidades culturais e não consideravam a origem cultural da nação. Por outro lado,

O nacionalismo cultural ou étnico, surgido a partir da metade do século XIX, estava baseado em duas idéias: o mundo era dividido naturalmente em culturas e essas culturas deveriam ser idealmente entidades políticas. Foi essa interpretação essencialista de nação que deu à história uma importância antes desconhecida, pois agora tornava-se necessário justificar a origem e formação da nação desde os primórdios. [...] A base da nação tornou-se cultural, e foi na base dessa suposta unidade cultural que os nacionalistas exigiam unidade política (*idem*).

O nacionalismo cultural ou étnico teve um grande impacto no campo da Arqueologia. Sua influência permeou a teoria arqueológica Histórico-Cultural que pretendia definir as culturas arqueológicas delimitadas espacial, cronológica e culturalmente, a partir de uma série de características homogêneas em um conjunto suficientemente amplo de elementos da cultura material (cerâmica, tipologia dos enterramentos, das plantas das casas (DE LA ROSA; DEL ARCO AGUILAR, 2004: 11). O arqueólogo Gordon Childe exprimiu, em 1929, a noção de que os restos arqueológicos podem ser portadores de uma determinada cultura.

Encontramos certos tipos de restos – vasilhas, ornamentos, ritos de enterramento, plantas de casas – que constantemente se encontram associadas. A tal complexo de características regularmente associadas denominaremos um “grupo cultural” ou simplesmente uma “cultura” (citado por DÍAZ-ANDREU, 2001: 11).

Nesse sentido, a Arqueologia forneceria dados que possibilitaria a reconstrução do passado nacional. As nações se constituiriam como tal a partir do compartilhamento de um passado em comum que identificasse um grupo como exclusivo. Por meio da Arqueologia seria possível encontrar vestígios dos “nossos antepassados” e, conseqüentemente, encontrar a raiz mais

profunda e original na busca incessante pelo “espírito de um povo”. Os objetos encontrados em um determinado território legitimariam automaticamente a posse do mesmo pelo povo que se colocasse como descendente dos antigos habitantes.

No que diz respeito ao caso espanhol, se no século XIX o nacionalismo estava enfraquecido, ocasionado, principalmente, pelo insucesso nas operações militares e pela perda de suas colônias e, por esse motivo, havia apenas um interesse limitado no passado arqueológico, no século XX, por sua vez, há um recrudescimento do nacionalismo que influencia diretamente a Arqueologia (DÍAZ-ANDREU, 1995: 43). Para ilustrar essa afirmação basta citar o caso do arqueólogo José Ramón Mélida e comparar seu trabalho conduzido durante o século XIX com o realizado no século seguinte. No século XIX, Mélida estudou principalmente Arqueologia egípcia. Já no século XX, seu nacionalismo tinha se desenvolvido ao ponto de ser mencionado expressivamente em seu trabalho. Em 1906, Mélida foi incluído na equipe de escavação em Numância. Suas publicações tinham um claro objetivo nacionalista. Por exemplo, ele iniciou o relatório da primeira escavação com a seguinte observação: “O descobrimento dos restos da cidade heróica de Numância foi um dever nacional”. Após algumas páginas escritas em um tom similar, ele admitiu que o sítio havia sido escavado não apenas por razões científicas, mas “para satisfazer um dever histórico, para tornar explícito, através dessas relíquias, um acontecimento histórico que deixa nossa pátria orgulhosa” (citado por DÍAZ-ANDREU, 1995: 44).

Durante a Guerra Civil (1936-1939) foi visto um conflito sobre duas maneiras de compreender a Espanha como nação. Alguns a viam como uma unidade multicultural (entendida durante a Segunda República Espanhola – 1931 / 1936/9); outros, como o general Francisco Franco, viam o país como uma unidade cultural única. Foi essa última a vencedora e que vigorou na Espanha de 1939 a 1975.

Na tentativa de dotar a Espanha de uma unidade nacional era necessário encontrar dados que comprovassem tal afirmação, isto é, tornar a Espanha uma *comunidade étnica*, entendida por Anthony Smith como detentora de alguns atributos: um nome coletivo, um mito de origem comum, memórias históricas compartilhadas, elementos diferenciadores da cultura comum, lugares de origem específicos e um sentimento de solidariedade entre setores significativos da população (1991: 21). Para construir a nação, a partir do ponto de vista do regime franquista, a Arqueologia viria a se constituir como uma disciplina de grande importância para a construção simbólica de uma “*España Una, Grande y Libre*”³, uma vez que ela oferecia ao nacionalismo símbolos materiais politicamente efetivos. Para acrescentar, é necessário destacar que durante o regime franquista o enfoque da teoria arqueológica histórico-cultural prevaleceu e obteve grande adesão entre os autores franquistas, uma vez que o novo regime nascente definia-se por “um modelo de Estado autoritário, unitário e ultranacionalista, de apoio oligárquico, cujas máximas políticas serão, entre outras, a unidade nacional, o centralismo administrativo, o religamento com o passado e a enérgica e sistemática aplicação de políticas culturais unitárias” (DE LA ROSA; DEL ARCO AGUILAR, 2004: 7).

Nesse sentido, muitos trabalhos arqueológicos foram feitos permeados por essa noção de unidade nacional espanhola. Cumpre destacar o trabalho do

³Um dos lemas do franquismo que consiste em um entendimento nacionalista da Espanha. Os três termos se referem à Espanha como indivisível, imperial e não submetida a influências estrangeiras, respectivamente.

arqueólogo espanhol Martín Almagro Basch (1911-1984) que, inclusive, exerceu o cargo de consultor na *Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas*. Foi publicada pelo autor a obra *Del pueblo hispano* (1958), um estudo etnológico da península ibérica desde a pré-história até os nossos dias, desde os homens do Paleolítico até os judeus, muçulmanos e ciganos. Segundo Jordi Cortadella Morral, “a tentativa é justificar a unidade ancestral da Espanha sob o argumento da homogeneidade etnológica ou racial primeva, em detrimento de outras nacionalidades desqualificadas também com argumentos etnológicos” (1988: 17). O estudo inicia-se pelo período Paleolítico (*Cro-Magnon*), onde estaria a base da “raça” espanhola. No período Neolítico (cultura megalítica), houve a influência direta das regiões costeiras da Ásia Menor e do Egito sobre o Neolítico hispano, porém os colonizadores não tiveram contato com a costa africana, pois vinham direto pelo mar. E, posteriormente, ocorre a chegada do celta e do indo-europeu. No que diz respeito à influência romana, seu legado não foi étnico, mas cultural. Fundamentalmente o idioma e a concretização da idéia de Espanha como unidade. Nesse caso, Roma conseguiu dotar a Espanha de uma unidade cultural. Enfim, essa obra de Almagro Basch “trata de criar uma fictícia unidade racial ancestral, desde as primeiras notícias e vestígios humanos, para que sirva, *a posteriori*, como um argumento a mais à idéia de uma unidade nacional que, pouco a pouco, iria se aperfeiçoando e conformando à estrutura política estatal moderna” (*idem*: 24).

Outra importante contribuição de Almagro Basch foi a publicação da revista *Ampurias – Revista de Arqueología, Prehistoria e Etnología*, em 1939, na qual era o diretor. Ampurias foi uma cidade localizada na região nordeste da Espanha, na região da Catalunha, fundada por colonos gregos, em 575 a.C. Durante o regime franquista, o sítio arqueológico de Ampurias foi intensamente escavado, o que demonstrava a grande importância atribuída a um símbolo entendido como parte integrante do passado nacional espanhol. No editorial do primeiro número da revista, foi colocado que

Ampurias es la última ciudad griega de occidente. En ella los romanos desembarcaron por primera vez para combatir a Cartago. Y en ella asienta Catón el Grande el primer gran campamento civilizador. Tras la conquista romana España dejó de ser tierra de tribus y pasó a ser tierra imperial. Antes que en Tarragona y en Córdoba o Itálica, en Ampurias, la Hispania Antiqua tomó contacto con el mundo clásico. Ella fue la primera ventana hacia el Mediterráneo que nos trajo ambiciones y sentido histórico. Roma tras los pasos de los helenos de Ampurias metió a España en la Historia del Mundo para siempre (AMPURIAS, 1939: 3-4)

A partir desses exemplos é possível afirmar que a atividade arqueológica na Espanha durante o governo de Francisco Franco esteve em consonância com as ideias norteadoras que serviram para legitimar o regime. O autoritarismo centralista de Franco, refletido no campo arqueológico a partir da criação da *Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas*, propiciou que os trabalhos fossem utilizados para respaldar as aspirações nacionalistas do governo franquista. Em uma ditadura, essa conduta é facilitada devido à total ingerência governamental na atividade científica, que acaba por desconsiderar trabalhos que não são condizentes com a visão do poder instituído. Dessa forma, é

possível afirmar, segundo A. José Farrujia de la Rosa e Maria del Carmen del Arco Aguilar, para o período franquista

a existência de uma Arqueologia oficial, desenvolvida pelas autoridades acadêmicas do momento. [...] Do ponto de vista prático, esta Arqueologia oficial se baseou em uma série de enunciados teóricos que foram compartilhados pela comunidade científica franquista durante a vigência do regime, como fundamento para sua prática posterior. O desenvolvimento desses enunciados teóricos em um mesmo contexto social e, obviamente, por parte de autores simpáticos ao regime, nos permite falar da existência de uma mesma formação discursiva (2004: 18).

É importante ressaltar, no entanto, que não houve uma vontade dos autores franquistas de enganar ou deformar uma suposta realidade arqueológica. Não existiu um pensamento estratégico dos arqueólogos, que produziram um determinado trabalho para legitimar um regime político. Mas é o próprio caráter da estrutura ideológica franquista que possibilitou uma determinada interpretação dos vestígios arqueológicos em prol de certa leitura do passado. Isso não quer dizer que esses arqueólogos não foram responsáveis por seus trabalhos e que de alguma forma “serviram” ao regime. Como foi exposto anteriormente, a teoria arqueológica histórico-cultural possuiu uma grande influência na comunidade dos arqueólogos espanhóis durante o franquismo. Pelos pressupostos dessa teoria de traçar, por meio da cultura material, as características de um povo desde os tempos mais remotos até o presente, ela foi utilizada para reconstruir a identidade e unidade nacional espanhola, entendida como existente há muito tempo. Portanto, ao invés de atribuir uma postura “mal intencionada” aos arqueólogos que contribuíram com seus estudos para a construção e consolidação de um regime ditatorial, torna-se necessário uma análise crítica dos pressupostos teóricos e metodológicos que direcionaram o olhar do pesquisador e influenciaram diretamente na interpretação dos vestígios materiais. Enfim, é a partir da escolha de todo um instrumental epistemológico que o pesquisador deve ser responsabilizado pelos resultados de seu trabalho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou discutir a questão da discursividade do conhecimento arqueológico, a partir do papel que a Arqueologia teve na Espanha durante o regime franquista. Os estudos arqueológicos foram importantes para a legitimação política do regime ao fornecer subsídios (cultura material) para a construção da unidade nacional espanhola e dotar os espanhóis de uma identidade nacional, avessa a qualquer tipo de separatismo.

Porém, toda essa construção se valeu de um determinado olhar interpretativo dos vestígios arqueológicos. Não era imanente ao objeto o significado de pertencer aos antepassados dos espanhóis, por exemplo. O sentido é dado pelo pesquisador, imbuído de um arcabouço teórico e de procedimentos metodológicos específicos, frutos de sua escolha. Por esse motivo, é necessário questionar as categorias interpretativas usadas na interpretação da cultura material, pois se é adotado uma postura acrítica e

não problematizante, o risco é, ainda hoje, a legitimação de políticas ditatoriais. O arqueólogo Laurent Olivier, estudioso da Arqueologia do Terceiro Reich alemão na França, chama a atenção para esse aspecto ao afirmar que “persistimos em pesquisar, nos materiais arqueológicos, o testemunho da identidade étnica ou cultural dos ‘povos’ do passado; nós não escapamos da maldição do nazismo, cujo coração ardente ainda bate, enterrado sob os escombros da velha Europa” (2005: 192).

Portanto, se não houver um questionamento acerca das categorias interpretativas utilizadas, corre-se o risco de estar praticando uma Arqueologia aos moldes nazistas. Daí a importância de trabalhos que adotam uma “ótica externalista”, que buscam adotar uma postura problematizante. Para concluir, gostaria de citar as palavras de dois arqueólogos, Michael Galaty e Charles Watkinson, que têm contribuído para esse debate:

Mesmo quando uma nação tem sofrido uma transformação política completa - da ditadura para a democracia, por exemplo - os indivíduos, especialmente os arqueólogos, continuam a ter uma participação muito grande na criação da história e da identidade nacionais. Ironicamente, as versões oficiais de um passado nacional não são automaticamente desacreditadas após a queda de um ditador, mas sim, elas podem ser ainda mais fortemente reafirmadas. Por esta razão, diria que o estudo da Arqueologia, como ele evoluiu sob ditaduras modernas, é hoje, mais do que nunca, de extrema importância. Em muitos países europeus, por exemplo, aqueles que praticavam a Arqueologia sob a ditadura estão se aposentando ou morrendo. Em alguns lugares, o seu legado intelectual está sendo seguido acriticamente por uma nova geração de arqueólogos. Agora é hora, portanto, de compreender como os arqueólogos têm apoiado, e às vezes subvertido, ideologias políticas ditatoriais (2004: 2).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro Paulo Funari, aos professores Glaydson José da Silva, Renata Senna Garraffoni, Antonio Duplá, José Geraldo Costa Grillo, Aline Vieira de Carvalho, Margareth Rago, Renato Pinto, Sidney Chalhoub e Cláudio Umpierre Carlan. A responsabilidade pelas ideias limita-se a seu autor.

BIBLIOGRAFIA

- AMPVRIAS. Editorial. *Revista de Arqueología, Prehistoria y Etnología*. n.º 1, Barcelona – 1939. p. 3-4)
- CORTADELLA MORRAL, Jordi. M. *Almagro Basch y la Idea de la unidad de España*. *Studia Histórica*. Historia Antigua n.6: 1988. p.17-25.
- DE LA ROSA, A. José Farrujia; DEL ARCO AGUILAR, Maria del Carmen. *La Arqueología en Canarias durante el régimen franquista: el tema del primitivo poblamiento de las islas como paradigma (1939-1969)*. *Trabajos de Prehistoria* 61, n.1, 2004. p. 7-22.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita. *Archaeology and nationalism in Spain*. In: KOHL, Philip L., FAWCETT, Clare (orgs.). *Nationalism, politics, and the practice of archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p.39-56.
- DÍAZ- ANDREU, Margarita. *Nacionalismo y Arqueología: el contexto político de nuestra disciplina*. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. n.11. São Paulo, 2001. p.3-20.
- DÍAZ-ANDREU, M.; CHAMPION, T. *Nationalism and Archaeology in Europe: An Introduction*. In: DÍAZ-ANDREU, M.; CHAMPION, T. (eds.) *Nationalism and Archaeology in Europe*. Boulder: Westview Press, 1996. p.1-23.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita; RAMÍREZ SÁNCHEZ, Manuel. *La Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas (1939-1955). La administración del patrimonio arqueológico en España durante la primera etapa de la dictadura franquista*. *Cumplutum*, 12, 2001: 325-343.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita; RAMÍREZ SÁNCHEZ, Manuel. *Archaeological Resource Management Under Franco's Spain. The Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas*. In: GALATY, Michael L.; WATKINSON, Charles (eds.). *Archaeology under dictatorship*. New York: Springer, 2004. p.109-130.
- FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. *Resenha de Thomas Patterson, A social history of anthropology*, *Diálogos*, 7, 2003a. p. 291-293.
- GALATY, Michael L.; WATKINSON, Charles. *The practice of archaeology under dictatorship*. In: GALATY, Michael L.; WATKINSON, Charles (eds.). *Archaeology under dictatorship*. New York: Springer, 2004. p.1-17.
- GRACIA ALONSO, Francisco. *La Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas (1939-1945). In: La arqueología durante el primer franquismo (1939-1956)*. Madrid: Bellaterra, 2009. p. 213-289.
- HODDER, Ian. *Interpretación en Arqueología. Corrientes actuales*. Crítica: Barcelona, 1994.
- JONES, Siân. *Categorias históricas e práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na Arqueologia Histórica*. In: FUNARI, P.P.A.; ORSER, C.; SCHIAVETTO, Solange N. (orgs.) *Identidades, discurso e poder: estudos da Arqueologia Contemporânea*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005. p.27-43.
- KOHL, Philip L., FAWCETT, Clare. *Archaeology in the Service of the State: Theoretical Considerations*. In: *Nationalism, politics, and the practice of archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p.3-20.
- LUMBRERAS, Luis. *La Arqueología como ciencia social*. Lima: Peisa, 1974
- MAIER ALLENDE, Jorge. *La enseñanza de la Arqueología y sus maestros en la Escuela Superior de Diplomática*. In: *Revista General de Información y Documentación*. Universidad Complutense de Madrid. 2008, 18. p.173-189.
- OLIVIER, Laurent. *A Arqueologia do Terceiro Reich e a França: notas para servir ao estudo da "banalidade do mal" em Arqueologia*. In: FUNARI, P.P.A.; ORSER, C.; SCHIAVETTO, Solange N. (orgs.) *Identidades, discurso e poder: estudos da Arqueologia Contemporânea*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005. p.167-195.
- PATTERSON, Thomas. *A social history of anthropology in the United States*. Oxford: Berg, 2001.
- PEIRÓ, Ignacio; PASAMAR, Gonzalo. *La Escuela Superior de Diplomática: los archiveros en la historiografía española contemporánea*. Madrid: Anabad, 1996.
- SMITH, Anthony D. *National Identity*. London: Penguin Books, 1991.
- TRIGGER, Bruce. *Historia del pensamiento arqueológico. Trad. Isabel García Trócoli*. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.
- UCKO, Peter. *Academic Freedom and Apartheid: The Story of the World Archaeological Congress*. London: Duckworth, 1987.